

Resposta aos que acusam o partido de submissão

Sarney: Harmonia entre Governo e PDS dá estabilidade à abertura

BRASILIA (O GLOBO) — O Presidente do PDS, Senador José Sarney, disse ontem que coube ao partido, na fase de transição para a democracia, zelar pela continuidade do processo, evitando e contornando qualquer crise que significasse retrocesso. Depois de dizer que o PDS tem cumprido o seu papel com sucesso, Sarney previu que o coroamento do processo de abertura se dará ainda no Governo Figueiredo, através de uma ampla reforma constitucional.

A ENTREVISTA:

— O fato de o Presidente Figueiredo ter impedido o partido de ceder a Secretaria-Geral à chapa "Participação" pode ser interpretado como uma represália a esse movimento?

— Devemos colocar as coisas como elas se processaram: o Presidente Figueiredo nunca proibiu que se desse a Secretaria-Geral ao grupo "Participação". Houve uma negociação e apresentamos aos componentes do grupo uma proposta de acordo que nos parecia absolutamente irrecusável, porque dávamos a eles uma participação muito além do percentual de votos que tinham obtido. Chegamos a oferecer a Primeira-Vice-Presidência e quase a metade da Comissão Executiva, o que lhes dava um comando partidário muito grande. O Presidente Figueiredo tomou conhecimento desse acordo e o aprovou. Logo, nós não poderíamos modificar uma proposta por ele aprovada por outra, sem que ele tivesse conhecimento. E ele não podia ter conhecimento porque estava viajando para os Estados Unidos e nós não tínhamos mais tempo para reformar uma decisão que já havia sido tomada.

— Quais são os ganhos do movimento "Participação" para o PDS?

— Acho que o Partido só pode pregar a democracia para fora quando tem democracia por dentro. Desde que assumi a Presidência do Partido preguei e insisti no debate da democracia interna. Vejo como uma coisa salutar que possa existir no Partido movimentos dessa natureza. O que não pode haver são movimentos que fraturem o Partido. Se a "Participação" tiver a maturidade de não desafiar a unidade partidária será salutar.

COORDENAÇÃO

O Deputado Theodorico Ferraço diz que o Senhor não tem autonomia para dirigir o Partido. O Senhor concorda?

— A função de liderança deve ser mais de coordenação do que de mando. Acredito que tenho tido um excelente relacionamento com o Governo Federal e sem isso, creio, não teríamos a abertura política. Acho que sobre dois grandes pilares se assenta a abertura política: em primeiro lugar no respaldo das Forças Armadas e depois na unidade do PDS em torno do Governo, como partido da estabilidade da transição. Hoje já se pode dizer



"Reforma constitucional virá de um grande acordo político"

que esses dois pilares se consolidaram. Durante o Governo Figueiredo não houve a menor manifestação das Forças Armadas senão em favor da sua missão histórica de manter as instituições. Esse é um ponto importante e fundamental da abertura. Por outro lado, aquilo que alguns acham ter sido passividade do PDS nada mais foi do que um grande serviço prestado ao País. Nós não jogamos fora a abertura por questões menores saindo para uma confrontação que era uma violentação dos fatos.

PARTICIPAÇÃO

— O Senhor acha que neste Governo há possibilidade de o seu Partido e o PTB participarem do Poder Executivo?

— Acho que cada dia mais se abrem espaços para que haja um relacionamento mais efetivo entre o Governo e o Partido mas existem ainda grandes resistências a isso. Vamos dizer que elas não nascem dos órgãos de decisão do Governo. São resistências da máquina burocrática, da tecnocracia que dominou o País e exerceu uma parte do poder político — o poder de administrar, de tomar decisões, nomear, criar castas de administradores públicos. É difícil que se desaloje, que se mude um costume que foi sedimentado ao longo de alguns anos. Para isso é preciso que a origem do poder seja política. E o que vai ocorrer na próxima sucessão presidencial.

SALARIOS

— O primeiro teste de unidade do PDS surgiu depois da última convenção será feito com o decreto-lei 2.045, que limita os reajustes salariais e chega ao Congresso com a assinatura do Conselho de Segurança Nacional. O Partido vai aprovar esse decreto-lei?

— Esse decreto-lei foi baixado como solução extrema para conjurar uma situação difícil, de insolvência internacional do próprio País. Na votação de um projeto dessa natureza deve ser descaracterizada completamente a idéia de projeto do Governo ou da Oposi-

ção. O que temos de discutir é o campo comum do interesse nacional. Seria muito melhor governar sem abalos, sem atritos, mas a época não permite tal coisa.

— O Governo está disposto a negociá-lo com os partidos, inclusive o próprio PDS, ou pretende vê-lo aprovado pelos trâmites convencionais?

— Não podemos continuar com uma inflação incontrolada. Ela nos levará ao caos. Não podemos ficar de braços cruzados. Cada brasileiro tem de aceitar parcela de responsabilidade neste instante.

— A gênese do decreto-lei seria suficiente para sensibilizar todo o Partido?

— Deve sensibilizar também áreas da oposição. Dentro da Oposição há gente que busca a política da terra arrasada mas existe um núcleo muito grande que se tem comportado com muito patriotismo ao longo deste período de dificuldades.

— Como é que o Senhor encara as insatisfações da sociedade em relação ao modelo econômico que deu origem ao decreto-lei?

— A democracia é um regime de conflitos. O conflito não é manifestação patológica. E até manifestação da saúde da sociedade política. O Brasil está dando cada vez mais demonstrações de maturidade, de solidez de suas instituições. Essas coisas acontecem sem que se coloque em dúvida o grande arcabouço institucional. Estamos vendo manifestações da sociedade muito desordenadas, é assim, não podemos exigir que essas reivindicações sejam sedimentadas ao largo da legitimidade dos diversos segmentos que representam isso. Existem sempre, em momentos como este, pessoas que desejam aproveitar politicamente as dificuldades que o País vive.

— O fato de o decreto-lei ter sido assinado pelo Conselho de Segurança Nacional tem sido apontado por setores oposicionistas como uma forma de pressionar o Congresso. O que o Senhor pensa?

— Devemos encarar isso com absoluta normalidade. O Conselho de

Segurança Nacional é um órgão constitucional. Ele deve agir com base nas informações que obtém. Não há nada de inusitado no fato de o Conselho se reunir, tomar conhecimento e participar.

— Mas se o Congresso rejeitar o decreto, aí não teremos o inusitado?

— Não quero dramatizar o assunto. Prefiro não admitir que isso ocorra. Não tenho receio de qualquer retrocesso até mesmo porque nós, políticos, estamos preparados. Não criaremos crises.

REFORMA DA CARTA

— Há possibilidade de o Governo Figueiredo tomar a iniciativa de modificar a Constituição para alterar o período de mandato presidencial ou restaurar o princípio da eleição direta?

— O projeto de abertura sob o ponto de vista formal se concluirá com a reforma da Constituição. E deve ser concluído neste Governo, até mesmo porque seria uma injustiça a própria figura histórica do Presidente Figueiredo se assim não acontecesse. A reforma deve ser feita em um processo de negociação política de grande envergadura, que signifique uma tábua redonda, sem preconceito de nenhuma natureza, sem cartas marcadas.

— Mas o Senhor acha isso possível quando praticamente o processo de sucessão presidencial está na rua?

— Isso até ajudará, porque colocará o processo sucessório fora de pessoas e dentro de idéias.

— O Senhor admite colocar a questão sucessória na mesa de negociações?

— Vamos colocar idéias. Todos os segmentos da sociedade devem ser ouvidos. Deve-se discutir a reforma constitucional. Qual o seu objetivo? Qual a orientação constitucional que se deve dar para o futuro do País? Isso envolve, negociação ampla. Não se pode fazer Constituição com sentido autoritário, cada um colocando partes de suas idéias dentro de uma Constituição.

— A sucessão do Presidente Figueiredo deve ser negociada com a reforma da Constituição?

— No momento em que nós juntarmos a sucessão com a Constituição não faremos nem sucessão nem Constituição, porque aí vamos colocar problemas pessoais ao lado de problemas políticos.

— O Deputado Paulo Maluf tem reiterado que irá à Convenção do PDS que indicará o candidato do Partido à sucessão. Não há indícios fortes de que o Governo pretende indicá-lo candidato. O Partido está preparado para ir à Convenção com mais de um candidato?

— Ainda está muito cedo para discutirmos a sucessão. Nós delegamos ao Presidente Figueiredo o papel de coordenação e no momento em que admitirmos tratar de assunto dessa natureza estaremos abrindo o debate sucessório. Eu, como Presidente do Partido, não posso ser autor nem estimulador da abertura desse debate.